

## **JOSÉ CORREIA DE CARVALHO**

**2.º Presidente – 1923**

**11.º Presidente – 30/04/1931 a 29/10/1931**

Nasceu em Castanheira de Pera, em 1897, tendo falecido a 4 Agosto de 1993.

Com algum aparente distanciamento oficial foi, afinal, um homem sempre envolvido na política, tendo também sido um industrial com mérito.

Em 1923, aquando da problemática que envolveu a questão das duas câmaras, foi eleito Presidente da Câmara, pelo Partido Evolucionista orientado pelo Dr. José Fernandes de Carvalho, cargo que não chegou a exercer dada a contestação política e impugnação levantada pelo Partido Democrático, que até 1922 foi liderado pelo Dr. Eduardo Correia.

O ano de 1922 começara fortemente agitado a nível da Administração do Concelho. Em 27 de Janeiro, detectou-se um telegrama de Manuel Alves Bebiano para os CTT locais, informando que assumiu funções de administrador do concelho, mas a 31 do mesmo mês, Joaquim Diniz diz o mesmo, em telegrama para o Governo Civil. Em 1 de Fevereiro, voltou à carga Manuel Alves Bebiano e logo a seguir, no dia 9, Joaquim Diniz confirmou ter assumido essas funções. Todavia, nos registos de Administradores do Concelho e Delegados Locais do Governo figurava o nome de Joaquim Diniz em 31 de Janeiro de 1922 e em 9 de Fevereiro de 1922. Porém, de 16 de Março de 1922 a 13 de Abril de 1923 foi João de Barros o administrador. Ele foi também uma das personagens centrais dos eventos conhecidos como "período das duas Câmaras".

Em 14 de Novembro de 1922, iam realizar-se eleições municipais disputadas, como sempre, pelo Partido Democrático e pelo Partido Evolucionista.

O Dr. Eduardo Correia, que desde a fundação do concelho era o presidente da Câmara, encontrava-se afastado por doença, embora nominalmente se mantivesse em funções. Todavia, já não concorria às eleições e a sua ausência acicatava os adversários, onde já pontificava o espírito irrequieto do Dr. José Fernandes de Carvalho ao mesmo tempo que naturalmente perturbava as hostes democráticas.

Nas vésperas das eleições, ao mesmo tempo que João de Barros, administrador do concelho, temendo perturbações da ordem pública, pediu mais quatro guardas-republicanos ao Governo Civil para reforçar o Posto local, o Dr. José Fernandes de Carvalho redigiu e registou no Livro de Correspondência Expedida um telegrama ao Ministro do Interior informando:

*"Anunciam-se violências ao acto eleitoral. Administrador do Concelho exerce pressão ameaçando seus subordinários. Percorre concelho pedindo votos".*

As eleições realizaram-se, mas foram de imediato impugnadas. Em 12 de Dezembro, João de Barros enviou reclamação para o Governo Civil, alegando irregularidades no acto eleitoral.

Em 30 de Dezembro de 1922, o Governador Civil de Leiria oficiou à Câmara de Castanheira a sentença de Auditoria, indicando a relação dos vereadores efectivos e suplentes legalmente eleitos, dando assim provimento à reclamação.

Eram eles: Mário Alves Bebiano, José Fernandes de Carvalho, António Rodrigues, Manuel Rodrigues da Costa Júnior, Abel Barreto de Carvalho, António Fernandes de Carvalho, António Alves Tomás Morgado, Joaquim Fernandes Dias, António Lopes da Costa, Joaquim Diniz, Domingos Fernandes de Carvalho e José Coelho Júnior.

Desconhecendo ou fazendo que desconhecia (o Dr. Fernandes de Carvalho alegou mais

tarde que o ofício só chegou a 4 de Janeiro), tudo se aprontou para que a 2 de Janeiro de 1923 tomasse posse a seguinte vereação: José Correia de Carvalho, Manuel Diniz Júnior, Abdias Francisco Correia, Manuel Rodrigues Costa Júnior, António Rodrigues, Mário Alves Bebiano, António Lopes da Costa, José Fernandes de Carvalho, António Alves Tomáz Morgado, Abel Barreto de Carvalho e António Fernandes de Carvalho.

Logo nessa sessão se distribuíram os cargos, cabendo a presidência da Câmara a José Correia de Carvalho, a vice-presidência a Manuel Diniz Júnior e a Presidência da Comissão Executiva ao Dr. José Fernandes de Carvalho.

Ao ser conhecido o resultado da Auditoria gerou-se a confusão, tanto mais que o cidadão designado para Presidente da Câmara fora considerado ilegalmente eleito.

Por força do despacho teriam que sair José Correia de Carvalho, Manuel Diniz Júnior e Abdias Francisco Correia e entrar Joaquim Fernandes Diniz, Joaquim Dias, Domingos Fernandes de Carvalho e José Coelho Júnior.

As coisas porém não eram fáceis dado o acirramento político das forças em presença, entendendo os vereadores (que não tinham tomado posse) que deveria haver nova distribuição de cargos e contestando o Dr. José Fernandes de Carvalho.

Em 23 de Janeiro, tentando encontrar uma solução, o Dr. José Fernandes de Carvalho, considerando-se eleito Presidente da Comissão Executiva, convocou para 27 desse mês uma sessão extraordinária da Câmara Municipal e, nesse sentido, oficiou a todos os eleitos segundo a auditoria, convidando-os a tomarem posse nessa data.

Em 29 desse mês, registou-se o seguinte telegrama ao Governador Civil de Leiria:

*“Em nome do povo deste concelho protesto energicamente atitude de administrador do concelho, concentrando força armada a fim de facilitar correligionários cometer ilegalidades amedrontar povo ordeiro forma tomarem de assalto Câmara e Secretaria sendo certo 2 de Janeiro tomou posse Câmara legalmente eleita. Povo concelho manifestação ordeira a protesta presença de forças torna responsável administrador do concelho alteração ordem pública. Peço providências.*

*Presidente Comissão Executiva*

*a) José Fernandes de Carvalho.”*

Só em 30 de Abril de 1931, exerceu efectivamente funções, já não por acto eleitoral, mas por indigitação da ditadura, entretanto implantada no país após o golpe de 28 de Maio de 1926.

Pela sua influência política no Estado Novo, colaborou na criação do Grémio dos Industriais de Lanifícios do país.